

Brasil não vai pedir dinheiro novo

11 SET 1985

GAZETA MERCANTIL

por Celso Pinto
de Brasília

O Brasil espera contar com o ingresso de dinheiro novo no futuro, mas não pretende incluir um pedido formal, neste sentido, no acordo que está negociando com os bancos internacionais. O dinheiro novo, portanto, seria voluntário.

Esta é, hoje, a tendência dominante na área econômica do governo. A questão é polêmica, e tem havido um nítido esforço para tratá-la com prudência. E desta forma que ela será incluída no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que deverá ser discutido hoje, na Câmara dos Deputados, pelo ministro do Planejamento, João Sayad.

O PND dirá aquilo com que todos concordam: que o ajuste do setor externo tem sido, em grande parte, responsável pelo desajuste do setor interno, na medida em que o endividamento externo está concentrado no setor público e o excedente em dólares, no setor privado. Ao comprar este excedente, o setor público tem acumulado um endividamento crescente e preocupante, forçado os juros e criado obstáculos à expansão privada.

Não será incluída, no entanto, a discussão sobre a consequência lógica deste diagnóstico, ou seja, a forma de aliviar esta pressão. A Seplan tem defendido o ingresso de dinheiro novo como a alternativa mais direta e menos dolorosa para o ajuste. A nova equipe que assumiu o Ministério da Fazenda compartilha desta tese. A assessoria econômica do Palácio do Planalto, contudo, dá maior ênfase às vantagens de manter-se o superávit comercial e reduzir-se a dívida externa.

Uma fonte do Palácio do Planalto explica que há

uma vantagem tática nesta postura, e o presidente estaria convencido disto. Até que se tenha firmado um acordo com os bancos, que assegure a rolagem tranquila do principal devido nos próximos anos, o poder de barganha do País reside no tamanho de suas reservas e elas, por sua vez, derivam da sustentação dos superávits comerciais.

Chegar a um acordo com os bancos, de outro lado, poderia trazer benefícios concretos pela redução na parcela fixa de juros cobrada pelos bancos (o "spread") e pela extensão dos prazos de repagamento.

Para conseguir o máximo dos bancos, o País teria de manter seu nível de reservas, até para poder prolongar as negociações pelo tempo necessário. Fechado este acordo, nada impediria (e seria inaceitável qualquer cláusula que impedisse) um pedido futuro de dinheiro novo aos bancos.

Uma fonte qualificada da Seplan faz uma análise bastante próxima a esta. Mesmo sem minimizar a importância de se contar com dinheiro novo, parecem claras as vantagens de não incluir esta questão no acordo formal com os bancos. Há uma enorme resistência do sistema bancário

(Continua na página 15)

Brasil não vai pedir

por Celso Pinto
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

esquemas que tornem compulsória sua participação em empréstimos a grandes devedores. Tentar obter um compromisso neste sentido, hoje, poderia emperrar a conversa.

De outro lado, as projeções incluídas no próprio PND para os próximos quatro anos indicam uma situação de relativa tranquilidade no setor externo. Para o próximo ano, nem mesmo as hipóteses mais pessimistas indicam a necessidade de dinheiro novo. Até 1989, prevê-se a necessidade de recursos adicionais, mas num volume razoável, algo que, em última instância, poderia ser coberto, provavelmente, pelas instituições internacionais, como, por exemplo, o Banco Mundial.

Mesmo assim, a fonte acredita que haverá dinheiro novo disponível para o País, originado do sistema bancário privado. A idéia é que, ao retomar o crescimento econômico e indicar claramente os setores que serão privilegiados pelos investimentos nos próxi-

mos anos (algo da responsabilidade do PND), o Brasil estará abrindo uma oportunidade atraente de participação para os grandes bancos internacionais. Se isso, de fato, acontecer, o País poderá contar com dinheiro novo sem ter de negociar a obrigatoriedade de participação de centenas de pequenos e médios bancos que querem livrar-se de suas carteiras brasileiras.

NEGOCIAÇÕES

A rigor, essa postura não é muito diferente da visão que prevalecia ainda no governo Figueiredo e inspirou o início das negociações com os bancos privados. O fato, contudo, é que o tema acabou levantando uma importante discussão interna no governo.

Uma definição sobre a questão do dinheiro novo ajuda a conversa com os bancos, mas não é suficiente. Na verdade, a negociação externa tem evoluído de forma bastante lenta. Não há nenhum indício — como, aliás, nunca houve — de que seja possível fechar qualquer acordo com os bancos sem um acordo formal com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

E este acerto com o Fundo ainda está muito nebuloso.

A trajetória da economia neste ano indica um provável déficit do setor público, em termos operacionais (sem contar as correções monetária e cambial), de pelo menos 1,5% do PIB. Em julho, o FMI havia pedido para este ano um superávit operacional de 1,2% do PIB.

ORÇAMENTO FISCAL

Para 1986 ainda não há um número fechado. Para isso, é preciso concluir as projeções para as estatais e definir o "pacote" fiscal que deverá reduzir o déficit embutido no orçamento fiscal. Alguns, no governo, apostam em que, se o Brasil conseguir embutir uma projeção de superávit operacional para o setor público equivalente a pelo menos 2% do PIB no próximo ano, há chances de se fechar negócio com o FMI. Outros, no entanto, vêem esta perspectiva com ceticismo. Oficialmente, a última indicação oferecida pelo FMI para 1986 mencionava o pedido de um superávit operacional de 4 a 5% do PIB. Isso, o governo brasileiro considera inaceitável e inaceitável.